

## **Quilombos: território, memória e reexistência<sup>1</sup>**

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

**Palavras-chave:** Quilombo; território; memória.

Essa comunicação tem por objetivo debater diferentes processos de reconstrução da existência em territórios de comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo. Para atingir tais objetivos, partiu-se de dados de pesquisas obtidos por meio de diálogos com lideranças e professores/as quilombolas sobre as suas trajetórias como integrantes de tais comunidades. Em um diálogo com a teoria, o artigo procura apresentar uma análise dos dados articulada com os conceitos de pessoas-personagens e lugares de memória de Pollak (1992; 1989), para pensar os corpos, as pessoas, as ancestralidades, as transmissões de experiências e saberes tradicionais por meio das memórias e narrativas de vida (BERTAUX, 2010). O artigo foi escrito em um contexto de conflitos e de ameaças aos direitos territoriais quilombolas, onde se levou em consideração a luta dessas comunidades para a proteção dos seus territórios e direitos.

Os processos sociais de reconstrução dos significados da existência e reexistência quilombola envolvem conflitos decorrentes de expropriações dos seus territórios por grandes empreendimentos transnacionais das monoculturas de eucaliptos, de cana-de-açúcar, de grandes proprietários de terras e de invasões recentes de agentes externos não quilombolas aos territórios tradicionalmente ocupados e reivindicados por essas comunidades. Em tais disputas pelas terras e patrimônios culturais estão implicados outros bens como memórias, saberes, cosmologias e espiritualidades sobre a construção do ser e do modo de existir dos quilombolas e suas formas de uso e apropriação dos territórios. Desses conflitos surgiram movimentos dos próprios quilombolas de reações e reocupações de seus territórios expropriados e reivindicados.

Nas mobilizações quilombolas ocorridas desde as décadas de 1980 e 1990, assim como em suas reocupações mais recentes em meio ao contexto da pandemia da Covid-

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

19, as lideranças têm nomeado e renomeado lugares internos aos seus territórios e atribuído nomes de seus ancestrais às suas organizações e associações comunitárias. Os ancestrais, dos quais se toma esses nomes, podem ser considerados personagens de memórias quilombolas. Com a intensificação das situações de conflitos em tempos da pandemia da Covid-19 e a morte inesperadas de mestres que já estavam com a idade avançada, sobretudo no decorrer dos anos 2020-2021, têm aumentado os movimentos de reafirmação das identidades a partir da memória e das renomeação de lugares, monumentos e das novas gerações de integrantes das comunidades quilombolas com nomes de seus antepassados.

### **As lutas pelas nomeações de lugares, pessoas e organizações**

Adotando as perspectivas das antropologias e sociologias das lutas políticas e econômicas nos processos sociais e históricos, nos estilos de Moura (1981; 1987), Gluckman (1987), Sahlins (1990; 2004) e Oliveira (2019), sobre as situações sociais que envolvem relações de conflitos e expropriações de territórios quilombolas, cabe afirmar que essas situações no estado do Espírito Santo não são recentes e ocorrem em diferentes regiões do estado. Essas situações demonstram que o direito a construção da memória faz parte de um processo social e histórico que está em disputa, caso não tivesse, não teria sido preciso a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garantir o direito à memória.

A partir de uma breve revisão dos estudos sobre comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo, passo a algumas considerações a respeito do tema da memória - “pessoas, personagens de memória” (POLLAK, 1992) – e conflitos, a partir de demonstração de diversos casos que ilustram o debate. Cabe iniciar explicando, de forma resumida, a primeira dessas personagens, Zacimba Gaba, que aparece no nome da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo.

Conforme escreve Aguiar (2001), Zacimba Gaba era uma princesa africana de Cabinda, que foi capturada em guerras tribais promovidas pelo comércio dos escravocratas e deportada como escravizada para a região norte do estado do Espírito Santo no início do século XVIII. Ela teria organizado e liderado um quilombo às margens do Riacho Doce, no atual distrito de Itaúnas em Conceição da Barra, e

bravamente teria resistido ao processo de escravização, promovendo o ataque às embarcações do tráfico de pessoas escravizadas no mar, quando essas embarcações se aproximavam da costa norte do Espírito Santo, passando nas imediações de Itaúnas. Segundo o autor, o objetivo de Zacimba e dos demais guerreiros quilombolas era libertar os africanos escravizados antes que chegassem ao Porto de São Mateus, no norte do Espírito Santo, a partir de onde eram vendidos às fazendas escravocratas e seria mais difícil libertá-los.

A partir da memória da resistência dos avós de muitas das atuais lideranças quilombolas, Aguiar (2001) afirma que teria coletado narrativas orais sobre a referida princesa. Essas lideranças afirmam que elas mesmas ouviram essas narrativas de seus avós. Por isso, denominaram a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo como Zacimba Gaba, transformando essa liderança do passado, no que podemos definir, a partir de Pollak (1989; 1992), como personagem de memória, tratando-se também de uma “memória herdada” e/ou “memória vivida por tabela”, visto que tais lideranças não conheceram pessoalmente Zacimba, mas herdaram as memórias relatadas e transmitidas por seus antepassados.

Para apresentar um segundo exemplo de “lugar” e “pessoas, personagens de memória” ilustro com a memória histórica dos bairros Santana e Quilombo Novo, em no município de Conceição da Barra. Conforme escreveu o príncipe Maximiliano, entre 1816 e 1818, Santana, na então Vila da Barra de São Mateus, atual Conceição da Barra, era uma pequena aldeia indígena com 18 casas (WIED-NEUWIED, 1989). No entanto, nos anos de 1883 e 1884, os relatórios de polícia e do presidente da Província descrevem a existência de um quilombo (liderado por Rogério) e de dois grupos negros, um chamado Primoso e outro Sornamby, que realizavam festas na mesma localidade (cf. OLIVEIRA, 2011; OLIVEIRA, 2002; AGUIAR, 2002; MARTINS, 2000; REBELLO, 1884). Na memória social dos integrantes das comunidades quilombolas e nos escritos de Aguiar (2002), Rogério foi “exumado” (termo tomado de Anderson, 2008) como “Negro Rugério”. Na década de 1980, por reivindicação de integrantes do Grupo de União e Consciência Negra, uma parte do Bairro Santana se tornou Bairro Quilombo Novo e algumas ruas receberam nome de personagens quilombolas do passado.

Na primeira década do século XXI, na divisa dos dois bairros foi construído, para atender as reivindicações de lideranças quilombolas, o Centro de Referência e

Assistência Social (CRAS) “Negro Rugério”. Com a criação do CRAS com este nome, é possível trabalhar a partir dos seguintes elementos da memória conceituados por Pollak (1989; 1992): eventos, datas, pessoas/personagens e lugares de memória. O CRAS, que está localizado no bairro urbanizado Quilombo Novo, recebeu um nome que remete a eventos ocorridos em 1883 e 1884, quando a polícia atacou o quilombo liderado por “Negro Rugério”. Dizem que o Quilombo era o maior produtor de farinha e de outros derivados de mandioca na região norte do ES. Portanto, ali também era e é um lugar de saberes e práticas culturais das mais variadas, pois no final do século XIX era lugar de festas lideradas pelos grupos negros Primoso e Sornamby.

Um outro personagem de referência na memória da resistência quilombola é Benedito Caravelas, que foi mitificado como **Bendito Meia-Légua**. Segundo Aguiar (2001, p. 219-229), esse líder quilombola do século XIX, a partir de 1820 teria atemorizado os grandes fazendeiros da região norte do Espírito Santo, pois vinculava a fé dos escravizados em São Benedito ao movimento de libertação. Ao mesmo tempo em que lutava nas fazendas para libertar os escravizados, enfrentava o capitães-do-mato na floresta densa do Sapê do Norte. Benedito teria deixado “um rastro de heroísmo, sangue, coragem, aventura e história, até sua morte, após a Abolição da escravatura.” (AGUIAR, 2001, p. 222). Conforme escreve Oliveira (2002), por ocasião da festa de Nossa Senhora de Santana em Conceição da Barra, em 27 de julho de 1884, as autoridades senhoriais comunicaram à polícia a necessidade de reforço, pois temiam o aparecimento de Bendito e seus liderados que poderiam aparecer para “perturbar a ordem” e aproveitar para fazer uma insurreição e dar o grito de liberdade. Por essa ocasião, circulavam boatos de que havia escravos fugidos de localidades de Conceição da Barra e da província da Bahia, em número de 20 a 30, arranchados nas matas da fazenda de José Rodrigues de Oliveira. Embora a polícia conseguisse prender 6 (seis) quilombolas nessa ocasião, não conseguiu capturar Benedito Meia-Légua e outros quilombolas que faziam parte do referido quilombo. Esses quilombolas continuaram nas matas sob a liderança de Benedito em lugares indeterminados e com frequência apareciam nas fazendas para praticar latrocínios e libertar escravizados, embora fossem incessantemente perseguidos pela polícia e capitães-do-mato. No ano de 1885, conforme escreve Aguiar (2001), Benedito Meia-Légua, com cerca de 80 anos de idade, foi assassinado covardemente nas matas do Quilombo Angelim (município de Conceição da Barra), onde vivia dentro do oco de uma árvore frondosa, em local de

difícil acesso. As tropas da polícia, com o auxílio dos capitães-do-mato e de jagunços dos fazendeiros da região, teriam montado uma tocaia e esperado o velho Benedito Meia-Légua aparecer. Depois que ele entrou no oco da árvore caída sobre o solo e se recolheu para dormir, a polícia e os capitães-do-mato teriam tampado a entrada com troncos e atearam fogo, findando ali a vida do revolucionário quilombola.

Benedito Meia-Légua morreu queimado no seio da floresta onde escolheu fazer sua resistência, a partir de onde surgiu o mito do revolucionário que andava com uma pequena imagem de São Benedito dentro de um embornal, para viver na memória das lideranças e mestres quilombolas da atualidade. Relatam que essa imagem não foi consumida pelo fogo e quando um dos jagunços foi verificar se Benedito realmente havia morrido, encontrou a imagem em perfeito estado. Assustado com o que viu, tal jagunço, a mando de seu senhor, lançou a imagem do santo preto em um rio denominado “Córrego Fundo”. Segundo o mestre Tertolino Balbino (falecido em abril de 2022), Hilário dos Santos, pai de seu padrinho Luiz Hilário, em um final de semana teria saído da localidade de Córrego do Angelim para namorar com sua futura esposa Marcolina, que morava entre as margens do “Córrego Fundo” e do rio Cricaré. Foi pescar no referido córrego e encontrou o “santo”. Ao seu amigo indígena e pescador Cassimiro, que estava pescando no rio Cricaré, Hilário doou a imagem do santo. Tempos depois, os pretos parentes de Hilário pediram o santo de volta a Cassimiro e ele devolveu, mas o santo, misteriosamente, foi encontrado sobre uma pedra nas proximidades da casa de Cassimiro, sendo interpretado pelo pescador que o santo queria que ele fosse seu guardião. A partir de então, teria se iniciado o cortejo em canoas dos pretos, integrantes do Baile de Congos de São Benedito, duas vezes ao ano: a primeira em 31/12 para buscar o santo e seus guardiões na comunidade de pescadores de Barreiras (descendentes e herdeiros de Cassimiro) para participarem da festa do santo preto celebrada na cidade de Conceição da Barra; o segundo cortejo dos integrantes do Baile de Congos ocorre no segundo final de semana de janeiro para participar da festa organizada pelos herdeiros de Cassimiro na comunidade de Barreiras. Por isso, entendem que Benedito Meia-Légua continua vivo em suas memórias através da festa criada a partir de um símbolo sagrado do qual ele foi o seu guardião e era protegido por ele.

Descendo para a parte sul do grande território quilombola do Sapê do Norte, encontramos as comunidades Divino Espírito Santo, Bom Pastor e Santa Luzia do Rio

Preto, no município de São Mateus. Conforme se verifica em Oliveira (2002), em conjunto, essas comunidades formam o Quilombo do Laudêncio ou Quilombo dos Laudêncios. Laudêncio de Jesus, um dos ancestrais dessas comunidades, é mais um caso de personagem da memória quilombola local, pois seus descendentes e herdeiros, além de empregarem a autodefinição como “Laudêncios”, criaram um grupo cultural denominado “Reis-de-Boi dos Laudêncios”. As brincadeiras de reis-de-boi, conforme escreveu Oliveira (2009, p. 29-30), constituem autos dramáticos associados aos ciclos de festejos natalinos em homenagem aos Reis Magos que, segundo as narrativas bíblicas, visitaram o menino Jesus e lhe doaram presentes quando do seu nascimento. Nos quilombos do norte do Espírito Santo, a chamada “brincadeira de reis-de-boi” foi reinventada pelos brincantes como uma tradição sua, onde os ditos “grupos ou ternos de reis” começam a se apresentar nas casas dos devotos dos santos no dia 06 (seis) de janeiro (festa de Santos Reis), ali criando poemas e canções em forma de versos ao som de pandeiros e sanfonas, indo até os dias de São Braz e Nossa Senhora das Candeias, no início de fevereiro.

Saindo da região do Sapê do Norte, é possível escavar os temas da memória e conflitos territoriais na comunidade quilombola de Degredo, no município de Linhares. Esse é um dos casos em que o nome de um dos ancestrais da comunidade quilombola é escolhido pelos descendentes e herdeiros para ser atribuído à associação comunitária e remanescente de quilombo. A comunidade quilombola de Degredo, estudada por Ferreira e Oliveira (2015) e Lins (2021), no auge do processo de reconhecimento e dos conflitos enfrentados por seus integrantes, criou a Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo do Degredo “Atalino Leite de Araújo”. Atalino é considerado o ancestral fundador da comunidade e a maior parte das famílias emprega o nome Leite, afirmando pertencer a esse tronco, e constrói a genealogia a partir dele. O nome Atalino, inclusive, foi atribuído a um de seus filhos, que era conhecido como Atalininho.

É possível também fundamentar etnograficamente o debate da relação entre auto identificação, memória e território a partir da comunidade quilombola de Retiro, no município de Santa Leopoldina, região central do Espírito Santo. Oliveira (2019) verifica que as primeiras categorias empregadas para auto identificação da comunidade são as de “negros”, “parentes” e “herdeiros do Benvindo”. Posteriormente, principalmente a partir do início da década de 1990, o nome do ancestral, Benvindo

Pereira dos Anjos, foi coletivizado como “Os Benvindos” para identificar todos os integrantes da comunidade e da Associação Quilombola dos Herdeiros de Benvindo Pereira dos Anjos. No entanto, o nome do ancestral começou a ser formalmente atribuído como o segundo nome dos herdeiros, em Jorge Benvindo Pereira dos Anjos, em 1905, filho caçula de Benvindo. A partir de 1950, este herdeiro, passou a atribuir Benvindo como o segundo nome de todos os seus filhos, posteriormente aos netos e aos bisnetos. Posteriormente, segundo os atuais herdeiros, a ideia de criar uma Associação dos Herdeiros, contendo o nome fantasia de “Os Benvindos” (como está inscrito no seu estatuto), foi do próprio Jorge Benvindo, ainda na década de 1980, embora Jorge tenha falecido em 1993, dois anos após a criação da Associação.

Mais dois casos etnográficos merecem atenção para analisar como os nomes de pessoas-personagens do passado são transmitidos às gerações seguintes: o primeiro refere-se à comunidade quilombola de Vargem Alegre, estudada por Guimarães (2018); o segundo diz respeito à comunidade quilombola Córrego do Sossego, estudada por Carneiro (2021). No caso de Vargem Alegre, o nome de um dos ancestrais da comunidade, Canuto Caetano, foi transmitido associado a uma tradição cultural (o caxambu) para uma das netas, Canuta Caetano. Neste caso, o nome de Canuto Caetano, escravizado no século XIX, foi feminilizado e transmitido para sua neta, Canuta (conhecida como Canutinha, falecida em 2019. Canutinha era a mestra do grupo de Caxambu Alegria de Viver, existente na comunidade.

Ao contrário do caso estudado por Guimarães (2018), na comunidade estudada por Carneiro (2021) ocorreu a masculinização do nome de uma ancestral do sexo feminino. A comunidade quilombola Córrego do Sossego também se autodenomina como a “família dos Eufrásios”, devido ao fato de seus integrantes serem descendentes e herdeiros da terra e da “Casa de Oração” deixada por Cristina Maria Eufrásia. Esse é mais um caso em que os dados etnográficos ajudam-nos a dialogar com os conceitos de pessoas-personagens e lugares de memória de Pollak (1992; 1989). Em Córrego do Sossego, não apenas o território, mas também os corpos são lugares de memória, visto que o nome “família dos Eufrásios” e as pessoas que são nomeadas estão vinculadas à essa personagem do passado, ancestral da comunidade. Deste modo, Eufrásio, embora tenha ocorrido a masculinização do nome dessa personagem do passado, é o prolongamento da existência de Eufrásia na memória da comunidade atual, devido ao

fato de sua existência ainda ser significativa para seus descendentes e herdeiros na atualidade.

Nas disputas pelas expropriações dos territórios, dos patrimônios culturais e das memórias estão implicados outros bens como saberes e cosmologias sobre a construção do ser e do modo de existir dos quilombolas e suas formas de uso e apropriação dos territórios.

### **Movimentos recentes de reocupações territoriais e nomeações de lugares**

Dos conflitos enfrentados pelas comunidades quilombolas surgiram seus movimentos de reações e reocupações de seus territórios expropriados e reivindicados. Nessas reocupações, as lideranças têm nomeado e renomeado lugares internos aos seus territórios e suas organizações e associações com nomes de seus ancestrais, que podem ser considerados personagens de memórias quilombolas.

Em um movimento recente, nas comunidades São Domingos, Linharinho e Angelim, no município de Conceição da Barra, foram realizados “ajuntamentos” (trabalhos comunitários) para retomar partes de seus territórios expropriados pelas empresas da monocultura de eucaliptos e realizar cultivos de roças e hortas. Essas ações das comunidades têm por objetivo aumentar o tamanho das áreas cultivadas e, conseqüentemente, a produção de alimentos orgânicos, pois as famílias têm entendido que é necessário se precaver em relação ao aumento dos preços dos alimentos e reconstruírem seus costumes e saberes tradicionais acerca do cultivo de suas roças, da produção dos alimentos, dos hábitos alimentares e preservação de vegetações nativas, nascentes, córregos e rios.

Por outro lado, na contramão desse movimento das comunidades quilombolas para reforçar suas concepções tradicionais de propriedade, uso e cultivo da terra-território, ocorreram movimentos liderados por agentes políticos e religiosos dos meios urbanos de São Mateus e Conceição da Barra que invadiram parte dos territórios reivindicados pelas comunidades, distribuíram e comercializaram lotes de terra de forma individual. No caso da comunidade Angelim, que visitei e participei de duas oficinas de cartografia social convocada e liderada pela própria comunidade em janeiro de 2021 e março de 2022, para auto demarcar o seu território e narrarem seus saberes,

esse movimento interno da comunidade ocorreu porque o movimento contrário, anteriormente mencionado, avançou do lado do território do Quilombo de Linharinho em direção ao território quilombola do Angelim. O movimento contrário, inclusive propôs para algumas famílias da comunidade que fracionassem o território reivindicado, contrariando suas concepções tradicionais de território. No decorrer das mencionadas oficinas, integrantes da comunidade relataram que quem estava na liderança do lado contrário aos quilombolas era um pastor e um policial evangélicos, e que à medida que criavam os lotes atribuíam-lhes nomes de “sítios” acompanhados como um nome da tradição hebraico-bíblica, um deles denominado “Sítio Canaã”.

Por outro lado, como demonstrei ao longo deste texto, os quilombolas em um movimento de auto demarcação de seus territórios atribuem e reafirmam os nomes de seus pais, avós e bisavós como símbolos demarcadores de lugares, corpos e pessoas. Entre os diversos casos analisados de nomes de “pessoas, personagens de memória” (POLLAK, 1989; 1992) que demarcam nomes de famílias, associações e pessoas da atualidade, na comunidade de Angelim, encontrei os seguintes exemplos: a) nomeação da nascente Dona Luzia dos Santos realizado pelo movimento de plantios de árvores e recuperação de nascentes; b) Biblioteca Quilombola Yayá Luzia dos Santos criada pelas lideranças locais que são filhas e netas dessa ancestral já falecida; c) terra de Theófilo Hilário dos Santos (pai de Dona Luzia); d) lugar da casa do Hilário (pai de Theófilo); e) casa do vovô Blandino.

## **Considerações**

Cabe destacar que esse movimento e costume de nomeação dos lugares e das novas gerações nas comunidades quilombolas não é algo novo. Conforme escreveram Oliveira (2002; 2019) e Oliveira e Oliveira (2021), as ações significativas de algumas pessoas-personagens do passado para as comunidades quilombolas da atualidade constituem a motivação para que seus nomes voltem a ser atribuídos às novas gerações. Essa parece ser, segundo Oliveira e Oliveira (2021), uma forma de manter vivo e prolongar na memória os nomes desses/as personagens do passado que continuam sendo significativos para as gerações que os sucederam nas comunidades quilombolas. Esses

nomes são empregados como elementos demarcadores de memórias, identidades e territórios dessas comunidades quilombolas.

Os casos analisados podem ser tomados como referências para o estudo de outros casos de comunidades quilombolas que tenham algo em comum com esses, assim como podem estimular o desenvolvimento de novas pesquisas sobre temas relacionados. No contexto atual, narrar acontecimentos de intolerância e de estímulo à violência contra comunidade quilombolas e afro-brasileiras é um ato de resistência e de fazer reexistir. Nos processos sociais de reexistência, as comunidades quilombolas fazem os nomes e as ações heroicas de seus/suas antepassados/as reexistirem por meio da nomeação de lugares, de monumentos construídos, de associações e coordenações quilombolas e dos nomes dos/as ancestrais sendo atribuídos aos descendentes. Resistir aos atos de Estado e dos grandes interesses econômicos de exterminar e deixar exterminar os corpos e as memórias da juventude das comunidades negras e quilombolas é um ato de reexistência.

Ao analisar esses casos é possível demonstrar o quanto o racismo é perverso, pois trabalha com a lógica do memoricídio através da produção da invisibilidade da memória dessas pessoas. Omitir, ocultar e invisibilizar essas memórias é uma forma de exterminar as pessoas, personagens de referências dessas comunidades, pois se mata não apenas os corpos vivos, mas também as referências de luta dessas comunidades negras e quilombolas. Com isso, nessas políticas de Estado de “deixar morrer” e/ou “deixar viver” as memórias das comunidades e grupos que compõem os processos civilizatórios brasileiros, é um ato de escolha dos agentes de Estado de quem eles vão fazer reviver ou fazer morrer para sempre por meio da produção e conservação dos acervos de memória. No entanto, como ato de resistência, as comunidades quilombolas estão construindo os seus próprios acervos e selecionando seus personagens de memória.

## **Referências**

AGUIAR, Maciel. *Os Últimos Zumbis*. Rio de Janeiro: Brasil-Cultural, 2001.

ALVES, Paula Aristeu. *Quilombolas e trajetórias de escolarização: um estudo a partir de Retiro, Santa Leopoldina –ES*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PGCS-UFES, Vitória-ES, 2020.

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

BERTAUX, Daniel. *Narrativas de vida - a pesquisa e seus métodos*. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

COSTA, Renata Beatriz Rodrigues da. “*Um nome a zelar*”: histórias de uma quilombola do Norte do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PGCS-UFES, 2018.

CARNEIRO, Luciana Cruz. *Expressões e saberes quilombolas: comunidade Córrego do Sossego, Guaçuí/ES*. Dissertação de Mestrado em Artes. PPGA-UFES, Vitória-ES, 2021.

FERREIRA, Simone R. B.; OLIVEIRA, Osvaldo M. “*De Regência a Barra Nova é tudo quilombola!*” Relatório preliminar de visitas de campo à Comunidade de Degredo, Linhares (ES). Universidade Federal do Espírito Santo; Fundação Cultural Palmares, 2015.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. “*Donos do lugar*”: a territorialidade quilombola do Sapê do Norte – ES. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2009.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987. Pág. 227-344.

GUIMARÃES, Aissa Afonso. Memórias de mestres e ancestralidade no Caxambu Alegria de Viver, Vargem Alegre (Cachoeiro de Itapemirim). In: GUIMARÃES, Aissa A.; OLIVEIRA, Osvaldo M.. *Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo*. UFES-Proex / IPHAN: Vitória – ES, 2018. P. 123-131.

LINS, Lorena. *Identidade e territorialidade: a comunidade de pescadores e extrativistas quilombola do Degredo, Linhares (ES) e o processo de reconhecimento*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Vila Velha – ES, 2021.

MARTINS, Robson L. M. Em louvor a “Sant’Anna”: notas sobre um plano de revolta escrava em São Matheus, norte do Espírito Santo, Brasil, em 1884. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, 2000.

- MOURA, Clóvis. *Quilombos, resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1987.
- MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. SP: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de; OLIVEIRA, Rosa Maria de. Comunidade Quilombola Córrego do Alexandre – ES: território de saberes e tradições festivas. In: *Guarimã: Revista de Antropologia e Política do PPGCS, UEM*, 2021. Vol. 1, nº 2, pág. 42-61. Disp.: <http://https://ppg.revistas.uema.br/index.php/guarima/article/view/2644/1890>
- OLIVEIRA, Osvaldo M. *Projeto político de um território negro: memória, cultura e identidade quilombola em Retiro, Santa Leopoldina - ES*. Vitória/ES: Milfontes, 2019.
- OLIVEIRA, Osvaldo M. Quilombos e demarcadores de identidades: análise sucinta de três casos no estado do Espírito Santo. *Ambivalências*, vol. 4, 2016, p. 10-41. Disponível em <http://www.seer.ufs.br/index.php/Ambivalencias/issue/view/475>
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de (Org.). *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: ABA, 2016. Disponível em <http://www.portal.abant.org.br/index.php/bibliotecas/livros>
- OLIVEIRA, Osvaldo M. Comunidades quilombolas no estado do Espírito Santo: Conflitos sociais, consciência étnica e patrimônio cultural. *RURIS*, v. 5, p. 141-171, 2011.
- OLIVEIRA, Osvaldo M. (Org.). *Culturas Quilombolas do Sapê do Norte: Farinha, beiju, reis e bailes dos congos*. Vitória (ES): Editora Santo Antônio, 2009.
- OLIVEIRA, Osvaldo M. (Coord. e Org.). *Relatório técnico de identificação da comunidade remanescente de quilombos de Monte Alegre*. Projeto Territórios Quilombolas no Espírito Santo. Convênio UFES–INCRA. Vitória-ES, 2006.
- OLIVEIRA, Osvaldo M. “Quilombo do Laudêncio, município de São Mateus (ES)”. In: O’DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, RJ, vol. 2, n. 3, 1989.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, RJ, vol. 5, n. 10, 1992: 200-212.

REBELLO, José C. Ferreira. Relatório com que o quinto vice-presidente da província do Espírito Santo, passou a administração ao presidente Custódio José Ferreira Martins, em 17/09/1884.

RODRIGUES, Luiz Henrique. O Jongo de São Cosme e Damião na comunidade quilombola de Porto Grande, Conceição da Barra: da Mesa de Santo ao Jongo. In: GUIMARÃES, Aissa A.; OLIVEIRA, Osvaldo M.. *Jongos e Caxambus: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo*. UFES-Proex / IPHAN: Vitória – ES, 2018. P. 265-273.

RODRIGUES, Luiz Henrique. *Quilombolas e jongueiros: uma etnografia nas comunidades de Linharinho e Porto Grande, Conceição da Barra (ES)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PGCS-UFES, Vitória-ES, 2016.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História* - Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1990.

SAHLINS, Marshall. Cultura na prática. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

SILVA, Sandro José da. *Do fundo daqui: luta política e identidade quilombola no Espírito Santo*. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal Fluminense. Niterói-RJ, 2012.

SILVA, Larissa de Albuquerque. “*O alvoroço do mangangá*”: Uma análise do processo patrimonialista do jongo na comunidade São Mateus, Anchieta (ES). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). PGCS-UFES, Vitória-ES, 2016.

SOUZA, Pedro Henrique Barbosa de. *Na fita de Bárbara tem dendê, desata esse nó que quero vê: Identidade e memória social entre mulheres quilombolas do Sapê do Norte/ES*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). PGPSI-UFES, Vitória-ES, 2020.